

PETROBRÁS,
A SILENCIOSA INVASÃO
DOS TERRITÓRIOS
DOS ÍNDIOS ARREDIOS DO VALE DO JAVARI

Ao mesmo tempo que aparentemente silenciava suas pretensões de construção do gasoduto que levaria o gás do Juruá para o Sul do País, a Petrobrás, igualmente em silêncio invadiu o território de índios arredios na região dos Rios Itaquai e Jandiatuba com centenas de homens armados da mais alta tecnologia no avanço de seus trabalhos de prospecção.

Assim como as bombas de dinamite, que além de serem usadas para as pesquisas sísmológicas foram detonadas contra os índios, como admitiu em Dezembro de 1983 o então Presidente da Petrobrás, também os helicópteros utilizados para o transporte de pessoal e equipamentos, passaram a ser empregados para intimidar grupos arredios. Vôos rasantes, perseguindo índios amedrontados pelos terreiros das aldeias e levantando a cobertura de palha das malocas, tornaram-se a grande diversão dos pilotos, que, entre risos, narravam suas proezas nas cidades próximas.

Depois dos incidentes de Novembro de 1983 quando um trabalhador foi flechado no Rio Jandiatuba, fato idêntico ocorreria no Igarapé São José, afluente do Rio Itaquai, quando em Março de 1984 outro trabalhador foi ferido.

Decidida a não atrasar seus planos de trabalhos, que não consideraram os avisos dos índios de insatisfação contra a sua presença, a Petrobrás prosseguiu suas atividades no Rio Itaquai através da CBG (Companhia Brasileira de Geofísica), subsidiária da Elf Aquitaine, que anteriormente já causara danos aos Munduruku e Sateré-Mawé no Baixo Amazonas.

Acompanhados de reduzida equipe da Funai que não mais contava com os índios Canamari do P.I. Massapê, conhecedores da área, e que por desentendimentos abandonaram a equipe, os trabalhos de pesquisa da CBG continuaram normalmente até o dia 4 de setembro de 1984, quando novamente ocorreram choques.

Nesta nova reação dos índios contra as agressões que vinham sofrendo, faleceram Lindolfo Nobre Filho, sertanista da Funai, e João Praia Caldas, funcionário da CBG e ex-funcionário da Funai, que acompanhavam as frentes de prospecção.

A partir deste incidente a questão foi abordada pela grande imprensa sob dois ângulos, ambos deliberadamente distorcidos com o objetivo de modificar o verdadeiro quadro da situação.

Através do tratamento sensacionalista e policialesco com que cobriu os acontecimentos, a imprensa, principalmente a amazonense, criou um clima de tensão e hostilidade contra os índios, procurando incitar a população envolvente e justificar perante a opinião pública medidas de represálias. Ao mesmo tempo, qualificando Nobre e João Praia de imprudência e falta de cautela, responsabilizava-os pelos acontecimentos que os vitimou, ocultando assim as verdadeiras responsabilidades de uma atuação daquela natureza em área de grande concentração de índios arredios, onde tais conflitos já eram previstos.

Apesar de não ter sido feita nenhuma referência oficial sobre a possível ocorrência de mortes entre os índios, informações concretas dão conta de que nos incidentes do dia 04/9/84, pelo menos um índio arredio teria sido morto por um dos índios que compunham a equipe da Funai que acompanhava os trabalhos de prospecção. Oficialmente foi divulgado apenas que algumas malocas foram queimadas e outras abandonadas, o que parece indicar tanto a ocorrência de ataques contra os grupos quanto a morte de seus membros.

A situação chegou a tal ponto de tensão que as equipes de prospecção recusaram-se a continuar os trabalhos, exigindo serem retiradas imediatamente da área.

Insistindo na posição de não alterar as programações pré-estabelecidas, a Petrobrás chegou a afirmar que "serão tomadas medidas para que se evite qualquer incidente com os índios, mas, caso ocorrer, se minimize ao máximo seus efeitos de modo que as atividades de

exploração da Petrobrás possam ter prosseguimento".

Uma das medidas tomadas foi a distribuição de grande quantidade de armamento aos trabalhadores, onde segundo informações, cada homem recebeu uma espingarda e vinte cartuchos de munição, que são reabastecidos constantemente.

Sob esse estranho esquema de segurança, Funai e Petrobrás procuraram eximir-se de suas responsabilidades. Seis dias após o incidente anunciaram a suspensão dos trabalhos de exploração e a retirada de pessoal e material de riscos (combustível e explosivos) da área, declarando que "se tudo correr bem com a retirada dos 400 funcionários da CGB (sic) do local, e do material de alta periculosidade, é possível que durante muito tempo não se ouça mais falar sobre os kurubu". (O Estado de São Paulo-SP.; 10/9/84)

Entretanto tal retirada nunca chegou a ocorrer.

Ao invés de abandonar completamente a área, as frentes de trabalho foram deslocadas para a região do Rio Jandiatuba, no centro do território de grupos isolados, como os Tshum Djapa e outros ainda desconhecidos. Além da ameaça física e da destruição material da área, estas frentes representam o estreitamento das relações entre estes grupos e a sociedade envolvente, e o surgimento de dependências decorrentes de contatos não criteriosos como estes.

Se por um lado a área não foi desocupada, na sua segunda parte o plano se encontra em plena execução. A partir do rígido esquema de sigilo que foi instalado, nenhum dado oficial é divulgado sobre os grupos indígenas ou sobre os trabalhos atualmente desenvolvidos.

Acobertados pela proibição aos seus funcionários de fornecer qualquer tipo de informação ou comentar qualquer fato ocorrido, e pelo silêncio em que se colocaram os meios de comunicação, os trabalhos na região do Rio Jandiatuba foram retomados em ritmo acelerado, embora não tenham sido criadas pela Petrobrás as condições de segurança recomendadas pela equipe da Funai que acompanhava as prospecções.

Todo este silêncio só foi quebrado pelo Cimi (Porantim-DF.; No

vembro/84) e pela Survival International, que, de Londres, endossando a comunicação da equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões sobre a situação dos grupos isolados do Vale do Javari, utilizou o seu Boletim de Ação Urgente (08/01/85) para divulgar a questão, enquanto enviava à Presidência da Funai uma carta aberta exigindo o atendimento de reivindicações concretas, tais como: a demarcação da área como medida de segurança para os grupos e a imediata retirada da Petrobrás da área.

Além de centenas de clareiras que foram abertas para testes de detonação sísmica, da base de apoio às operações (Apoio II) instalada no Alto Jutai e da Sonda Jandiatuba 1 - Amazonas (SJ-1-AM), que entrou em operação no dia 03 de janeiro de 1985, com seus potentes motores ligados 24 horas por dia no centro do território de índios arredios, está sendo construída no local denominado Bom Futuro, no Rio Jutai, uma pista de pouso para aviões de médio porte.

Outras 4 sondas estão previstas de serem instaladas, todas em áreas indígenas: a Sonda Jandiatuba 2, cujos trabalhos de desmatamento já estão sendo realizados à cerca de 8 Km de distância da SJ-1; a Sonda Itaquai 1, a ser instalada no local onde em Março de 84 houve choques com os índios arredios; uma terceira sonda a ser instalada em área Kulina na margem do Rio Jutai, próximo à Bom Futuro; uma quarta sonda a ser instalada próximo ao Igarapé Queimado, em área dos Tsum Djapa e dos Canamari do Alto Jutai, e cujos sobrevôos para identificação e reconhecimento de terreno já foram realizados por uma equipe da Funai.

Toda esta infra-estrutura montada para funcionar como base de operação e consolidação da presença da Petrobrás na área, acrescida dos planos de estender à região do Itaquai/Jandiatuba o gasoduto que escoará a produção do Juruá até a foz deste rio, e de onde, por via fluvial e marítima será levada para São Paulo, desmentem as informações da Petrobrás de que a sua presença na área se dá para um breve período de testes de avaliação de potencial, cujo término dos trabalhos e a retirada definitiva da área estariam previstos para no

máximo até julho de 1985.

Com o término da construção da pista de pouso, previsto para ' Maio de 1985, o transporte de pessoal e de equipamentos será feito diretamente de Manaus para a área onde se desenvolvem os trabalhos, estabelecendo um controle ainda mais severo sobre a área.

Assim será fechado o único canal que se tem atualmente de conhecimento da área, que são os comentários que circulam pelas cidades próximas, ao mesmo tempo que será dado o passo definitivo para' que não apenas "durante muito tempo" mas que talvez para todo o sempre não se ouça mais falar sobre os índios que ocupam esta região,' muitos dos quais nossa sociedade não teve tempo nem interesse de registrar sua existência, quanto mais de respeitá-los como Povos.

Araci Maria Labiak

Lino João de O. Neves

Eirunepé, Março de 1985.